



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Abril/2018

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Legislativo – Área Apoio Técnico-Administrativo Especialidade Arquivologia

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Entender o passado ajuda a melhorar o presente e o futuro.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte – parte do prefácio de um livro de sociologia em que o autor se dedicou ao estudo da cultura popular.

[Linguagens e culturas]

Este livro estuda as modificações que se deram na cultura das classes populares ao longo das últimas décadas, de modo especial aquelas que podem ser atribuídas à influência das publicações de massa. Creio que obteríamos resultados muito semelhantes caso tomássemos como exemplos algumas outras formas de comunicação, como o cinema, o rádio ou a televisão.

Penso que tenho sempre tentado dirigir-me principalmente ao “leitor comum” sério ou “leigo inteligente” de qualquer classe social. Não significa isto que eu tenha tentado adotar qualquer tom de voz específico, ou que tenha evitado o uso de quaisquer termos técnicos, para só empregar expressões banais. Escrevi tão claramente quanto o permitiu a minha compreensão do assunto, e apenas usei termos técnicos quando me pareceram susceptíveis de se tornarem úteis e sugestivos.

O “leigo inteligente” é uma figura vaga, e a popularização uma tarefa perigosa; mas parece-me que aqueles de nós que consideram uma urgente necessidade escrever para ele devem continuar a tentá-lo. Porque um dos mais nefastos aspectos da nossa condição cultural é a divisão entre a linguagem dos peritos e o nível extraordinariamente baixo daquela utilizada nos órgãos de comunicação de massa.

(Adaptado de: HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**. Trad. de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973.)

1. Ao introduzir um livro no qual estudará o efeito das publicações de massa sobre a cultura das classes populares, o autor preocupa-se, inicialmente, com
 - (A) a complexidade do tema, cuja importância pode até mesmo ser menosprezada por algum leitor preconceituoso, algum “leigo inteligente”.
 - (B) a complexidade da linguagem a utilizar, uma vez que buscará evitar tanto uma terminologia técnica como expressões excessivamente simplificadoras.
 - (C) as controvérsias envolvidas na discussão do tema, divididas entre referendar ou negar o fenômeno de uma cultura de massa que seja autêntica.
 - (D) as controvérsias decorrentes de uma posição política extremada, pela qual se nega qualquer influência entre diferentes áreas da cultura.
 - (E) as polêmicas que levantará, entre leitores leigos, uma linguagem fatalmente limitada pelo apuro de uma terminologia técnica.

2. Considerando-se o contexto, deve-se entender que
 - (A) os dois casos de emprego das aspas (2º parágrafo) justificam-se pelo fato de buscar o autor a criação de um efeito de sentido altamente irônico.
 - (B) o segmento *resultados muito semelhantes* (1º parágrafo) deixa ver que o autor está se referindo a pesquisas que ele já realizou, com conclusões taxativas.
 - (C) o segmento *tão claramente quanto o permitiu* (2º parágrafo) ressalta a fatalidade de escrever um livro para leigos numa linguagem inevitavelmente imprópria.
 - (D) a frase *e a popularização uma tarefa perigosa* (3º parágrafo) faz subentender a forma verbal *é* da frase anterior.
 - (E) o pronome sublinhado no segmento *continuar a tentá-lo* (3º parágrafo) faz referência a “leigo inteligente”, no início do período.

3. Ao optar precisamente pelo nível de linguagem que adotou em seu livro, o autor manifesta a esperança de que
 - (A) a supressão de qualquer terminologia técnica faça com que seu tema fique mais preciso para os responsáveis pelas publicações de massa.
 - (B) o “leitor comum” ou mesmo o “leigo inteligente” sejam capazes de compreender o rigor com que os termos técnicos foram multiplicadamente empregados.
 - (C) o uso incontornável de esporádicos termos especializados acabe por fazê-los compreensíveis e proveitosos para o leitor comum.
 - (D) a adesão a uma terminologia altamente técnica redunde em algum benefício para os leitores mais afeitos às questões a serem analisadas.
 - (E) a profundidade de sua análise sociológica compense o esforço que o leitor haverá de fazer para absorver toda a terminologia técnica.



4. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) As modificações da cultura popular (**constituir**) o centro da preocupação desse livro de Richard Hoggart.
 - (B) O autor do livro deseja que a linguagem de seus estudos (**propiciar**) aos seus leitores revelações sobre a cultura das classes populares.
 - (C) A popularização preocupa o autor porque muitos estudos se tornam simplórios devido à simplificação excessiva a que se (**submeter**).
 - (D) O pesquisador acredita que um dos mais negativos aspectos da nossa civilização está no abismo que (**permear**) as linguagens.
 - (E) Quem estuda os diferentes níveis de manifestações culturais propõe-se a reconhecer os distintos valores com os quais se (**instituir**) uma cultura complexa.
-
5. Há construção na **voz passiva** e adequada correlação **entre os tempos verbais** na frase:
- (A) Resultados muito semelhantes ao dessa pesquisa seriam encontrados caso o foco de análise incidisse sobre outros meios de comunicação.
 - (B) Essa pesquisa teria chegado a resultados semelhantes desde que o foco não deixe de incidir sobre a linguagem dos outros meios de comunicação.
 - (C) Dispondo-se a vir fazer uma boa análise de outras formas de comunicação, o pesquisador terá encontrado resultados semelhantes.
 - (D) Quando outras análises incidirem sobre outros meios de comunicação, seria possível chegar a resultados não muito diferentes destes.
 - (E) Por haver-se dedicado sobretudo ao estudo da linguagem da imprensa, o de outros meios de comunicação não foi conclusivo.
-
6. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Ser contra a linguagem excessivamente técnica é uma preocupação desse pesquisador, uma vez que lhe prefere a linguagem mais fluente da fala comum.
 - (B) O autor considera haver um fosso entre a linguagem especialista e a comum, conquanto não confundam-se quando se busca especificá-las.
 - (C) O fato de haver a linguagem dos peritos e a linguagem dos leigos acabam por produzir um atrito de competências e interferindo nas conclusões das pesquisas.
 - (D) Não há razão para se adotar uma linguagem excessivamente técnica, se o interesse maior de uma pesquisa for o de atingir os leigos nela interessados.
 - (E) O fato de se empregar termos abusivamente especializados implica em afastar de uma pesquisa aqueles que, por outro lado, lhe pudessem melhor aproveitar.

Atenção: As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Juventude e história

Eric Hobsbawm (1917-2012) foi um dos maiores historiadores da era moderna. Longevo, viveu como também sua praticamente toda a história do século XX. É dele este importante fragmento, que vale como uma advertência:

"A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio."

(Adaptado de: **Era dos extremos** – O breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.)

7. A **advertência** de Hobsbawm, indicada para o fragmento citado, seria a de que
- (A) as experiências valorizadas apenas em seu próprio presente, visto como perpétuo, acabam por desconsiderar todo e qualquer sentido do passado.
 - (B) os historiadores devem reconhecer que sua importância é diretamente proporcional à importância que se dê ao tempo das experiências contemporâneas.
 - (C) o passado público, com seu conjunto de experiências, só terá sentido caso seja compreendida a interpretação que lhes deram os antigos historiadores.
 - (D) os jovens do final do século XX perderam sua relação orgânica com os tempos passados em razão do descrédito em que caíram os historiadores da época.
 - (E) as experiências pessoais só alcançam algum sentido quando o historiador, em função de seu ofício, vincula-as às experiências de um passado mais remoto.



8. Considerando-se o contexto e a construção do texto, observa-se que
- (A) a expressão *como também sua* equipara a experiência de Hobsbawm à dos jovens do final do século.
 - (B) a objetividade de um historiador não exclui toda e qualquer valoração subjetiva, como no caso do emprego do adjetivo *lúgubres*, aplicado a *fenômenos*.
 - (C) os travessões empregados no fragmento citado têm por função enfatizar uma **contradição** nos argumentos levantados pelo próprio autor.
 - (D) o termo *Longevo*, no início de um período do primeiro parágrafo, deve ser entendido como equivalente a **Para ter vida longa**.
 - (E) o elemento *Por isso*, iniciando o período final do fragmento, refere-se à perda de importância sofrida pelos historiadores contemporâneos.
-
9. No segmento *Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem*, o segmento sublinhado pode ser substituído com correção e coerência por
- (A) de cuja missão propõe-se a lembrar o que é esquecido.
 - (B) em cujo mister consta o de lembrar o esquecido.
 - (C) que têm por propósito reavivar o que é esquecido.
 - (D) de quem o papel é rever o passado esquecido.
 - (E) a cuja responsabilidade está em lembrar o esquecido.
-
10. Está plenamente adequada a **pontuação** do seguinte período:
- (A) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno talvez não pudesse com a mesma autoridade, dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou como Era dos extremos.
 - (B) Tivesse vivido muito menos, Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno, talvez não pudesse, com a mesma autoridade, dar seu testemunho sobre esse período histórico, que batizou como Era dos extremos.
 - (C) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno, talvez não pudesse – com a mesma autoridade – dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou: como Era dos extremos.
 - (D) Tivesse vivido, muito menos, Eric Hobsbawm – esse grande historiador moderno, talvez não pudesse, com a mesma autoridade, dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou – como Era dos extremos.
 - (E) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm – esse grande historiador moderno – talvez não pudesse com, a mesma autoridade, dar seu testemunho sobre esse período histórico que batizou como Era dos extremos.
-

Atenção: As questões de números 11 a 14 referem-se ao texto seguinte.

No voo da caneta

Numa das cartas ao amigo Mário de Andrade, assegurava-lhe o poeta Carlos Drummond de Andrade que era com uma caneta na mão que vivia suas maiores emoções. Comentando isso com um jovem aluno, entrevi sua discreta expressão de piedade por aquele poeta sitiado e infeliz, homem de gabinete que não se atirou à vida. Não tive como lhe dizer, naquele momento, que entre as tantas formas de se atirar à vida está a de se valer de uma caneta para perseguir poemas e achar as falas humanas mais urgentes e precisas, essenciais para quem as diz, indispensáveis para quem as ouve, vivas para além do tempo e do espaço imediatos.

(Joelson Figueiredo, inédito)

11. A discreta mas expressiva reação do aluno ao comentário do professor sobre uma confissão do poeta Carlos Drummond de Andrade mostra que o estudante acreditava que
- (A) o sentido da poesia não se confunde com os grandes sofrimentos por que passa um poeta nos combates da vida.
 - (B) o artista é invariavelmente uma pessoa alienada, porque se recusa a experimentar grandes emoções, mesmo as imaginárias.
 - (C) a arte é mais intensa do que a vida, por isso um artista deve entregar-se àquela sem qualquer concessão às circunstâncias da rotina.
 - (D) a expressão literária não traduz emoções verdadeiras, só vivenciadas pelos que se dispõem a enfrentar a força das experiências.
 - (E) o poeta intimidado pela vida é incapaz de registrar suas emoções, uma vez que o talento artístico nasce da coragem pessoal.



12. Considerando-se o contexto, o segmento *entrevi sua discreta expressão de piedade* ganha nova redação, na qual se mantém seu sentido básico, no enunciado
- (A) constatei sua íntima disposição sentimental.
 - (B) percebi seu contido sentimento de adesão.
 - (C) absorvi uma implícita reação de sua nostalgia.
 - (D) dei pela sua reservada impressão solidária.
 - (E) divisei sua refreada manifestação de compadecimento.
-
13. É clara e correta a redação desta nova forma que se deu a uma frase do texto:
- (A) Asseverava-lhe numa de suas cartas o poeta Drummond ao amigo Mário de Andrade de que lhe brotava de uma caneta as mais incedíveis emoções.
 - (B) As máximas emoções imergiam-lhe vivamente de uma caneta a mão, garantia-lhe numa carta a seu amigo Mário de Andrade o poeta Drummond.
 - (C) Confessava Drummond numa carta a Mário de Andrade seu amigo, que imbuía sua caneta às emoções máximas e vívidas que lhe invadiam.
 - (D) Era através de uma caneta, confessava o poeta Drummond numa carta, a seu amigo Mário de Andrade que o tomavam conta as emoções maiores.
 - (E) Numa carta a Mário de Andrade, seu amigo, garantia-lhe o poeta Drummond que com a mão numa caneta é que vivia suas emoções mais intensas.
-
14. Na construção *Comentando isso com um jovem aluno, entrevi*, as ações expressas pelas formas sublinhadas
- (A) compõem-se como uma simultaneidade.
 - (B) apresentam-se como um efeito seguido de sua causa.
 - (C) manifestam uma ideia de condicionalidade.
 - (D) sugerem decisões alternativas.
 - (E) articulam-se numa relação de finalidade.

Noções de Direito Constitucional

15. Considere as seguintes proposições:
- I. A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - II. Por representarem manifestação do poder constituinte, as emendas à Constituição não estão sujeitas a limitações materiais, mas apenas a limitações processuais ou formais.
 - III. A Constituição somente poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República ou de qualquer membro do Congresso Nacional.
 - IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- À luz do disposto na Constituição da República, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e IV.
-
16. João, Governador do Estado X, faleceu no primeiro ano do seu mandato, sendo sucedido por José, que havia sido eleito Vice-Governador. Ao fim do mandato em que sucedeu João, José se elegeu Governador do Estado X. Com a proximidade do encerramento desse novo mandato, entendendo que ainda possui muitos projetos para realizar, José almeja se candidatar à reeleição. À luz da Constituição da República, a reeleição pretendida por José
- (A) não é possível, uma vez que José já exerceu por duas vezes consecutivas o mandato de Governador, embora ele possa candidatar-se ao cargo de Vice-Governador na referida eleição, na medida em que ainda não foi reeleito para esse cargo.
 - (B) é possível, uma vez que no primeiro mandato José foi eleito Vice-Governador, e não Governador; deverá, contudo, renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
 - (C) não é possível, uma vez que, já tendo ocupado o cargo em dois mandatos, José está impedido de, ainda que futuramente, voltar a ser Governador do Estado X.
 - (D) é possível, uma vez que no primeiro mandato José foi eleito Vice-Governador, e não Governador, não sendo necessário renunciar ao respectivo mandato para concorrer à reeleição.
 - (E) não é possível, uma vez que, ao suceder João, José passou a exercer seu primeiro mandato como titular do cargo de Governador, de maneira que somente poderia ser reeleito para um único período subsequente, o que já ocorreu.

**Noções de Direito Administrativo**

17. A Administração pública possui algumas prerrogativas inerentes às suas funções, que lhe permitem agir, em alguns casos, de modo a sobrepor a vontade dos particulares, em prol do atendimento do interesse público. Nesse sentido, considera-se exemplo dessa prerrogativa o poder de
- (A) revogar licitações, por razões de conveniência e oportunidade e para atendimento do interesse público, sempre que se identificar ilegalidades nos procedimentos.
 - (B) limitar o direito de particulares, discricionariamente, sempre que a situação de fato demonstrar essa necessidade, independentemente de previsão legal.
 - (C) alterar unilateralmente os contratos administrativos, por motivos de interesse público, mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - (D) editar decretos autônomos para disciplinar matérias em tese, com efeitos gerais e abstratos, diante de lacunas legais.
 - (E) criar pessoas jurídicas como forma de desconcentração das atividades da Administração pública.
-
18. O processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/99, possui algumas características, expressamente previstas, que podem diferenciá-lo dos processos judiciais, a exemplo da
- (A) facultatividade da observância do direito de defesa e do contraditório, que pode ficar para o momento final, após a decisão.
 - (B) possibilidade de se movimentar de ofício, independentemente de manifestação ou requerimento dos interessados.
 - (C) coisa julgada, que demanda concordância das partes para que possa produzir efeitos.
 - (D) instância recursal, que demanda expressa previsão na lei, sob pena de não haver autorização para tanto.
 - (E) impossibilidade de instrução processual com prova testemunhal, restrita ao processo judicial.
-

Legislação Institucional

19. De acordo com a Constituição Estadual de Sergipe, o Deputado desse Estado NÃO poderá, dentre outras hipóteses,
- (A) manter contrato com autarquia, inclusive quando o contrato obedecer cláusulas uniformes, desde a posse.
 - (B) firmar contrato com pessoa jurídica de direito público, inclusive quando o contrato obedecer cláusulas uniformes, desde a posse.
 - (C) exercer função remunerada em empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, desde a posse.
 - (D) patrocinar causas em que sejam interessadas empresas públicas, desde a expedição do diploma.
 - (E) ser titular de mais de dois cargos ou mandatos eletivos federal, estadual ou municipal, desde a expedição do diploma.
-
20. Suponha que certo Deputado da Assembleia Legislativa de Sergipe pretenda obter licença para desempenhar missão temporária de caráter cultural. Nesse caso, de acordo com o Regimento Interno da ALESE, o pedido de licença será
- (A) concedido pela Mesa Diretora e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
 - (B) concedido pelo Presidente da Assembleia, na forma regimental e, para efeito de remuneração, considerar-se-á como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
 - (C) submetido ao Plenário da Assembleia e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
 - (D) concedido pelo Presidente da Assembleia, na forma regimental e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
 - (E) submetido ao Plenário da Assembleia e, para efeito de remuneração, considerar-se-á, como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
-



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Apesar da diversidade de ambientes jurídicos, políticos e administrativos em que se situam os arquivos, e também da diversidade de procedimentos a que vêm sendo submetidos ao longo do tempo, é possível reconhecer neles, do ponto de vista epistemológico, um substrato comum:
- (A) sua natureza contextual e o vínculo que os documentos mantêm entre si.
 - (B) o caráter ambíguo de seus documentos, ajustáveis sempre aos interesses de diferentes leitores.
 - (C) sua vocação essencialmente liberal e democrática.
 - (D) o predomínio de documentos de cunho discricionário.
 - (E) a veracidade típica do conteúdo dos documentos arquivísticos.
-
22. Os documentos de arquivo são *livres da suspeita de preconceito no que diz respeito aos interesses em nome dos quais os usamos hoje*. Em outras palavras, as razões pelas quais são produzidos (para desenvolver atividades) e as circunstâncias de sua criação (rotinas processuais) asseguram que não são feitos com vistas à posteridade. Tais são os elementos que Jenkinson destaca para descrever um dos atributos dos documentos de arquivo, qual seja,
- (A) a autenticidade.
 - (B) a naturalidade.
 - (C) o inter-relacionamento.
 - (D) a imparcialidade.
 - (E) a unicidade.
-
23. Em ambientes eletrônicos, de acordo com alguns autores, não haveria necessidade de um lugar fixo e central, apartado dos organismos onde foram criados e utilizados, para a guarda dos documentos de valor permanente. Tal posição, defendida por Terry Cook e Theo Thomassen, é conhecida como
- (A) multidisciplinar.
 - (B) jenkinsoniana.
 - (C) positivista.
 - (D) ortodoxa.
 - (E) pós-custodial.
-
24. O renomado arquivista francês Michel Duchein, ao falar sobre o século XIX, época em que estavam em voga os grandes sistemas de classificação, critica não apenas o interesse dos historiadores pelos itens documentais tomados individualmente, mas a maneira como eram tratados os arquivos. Compara-os com as escavações arqueológicas então realizadas em Pompeia e no Egito, quando os objetos eram retirados dos sítios de escavação, como peças de coleção, e encaminhados aos museus. Recorrendo a esta analogia, o autor defende
- (A) o método funcional de arranjo.
 - (B) a teoria das três idades dos documentos.
 - (C) o princípio do respeito aos fundos.
 - (D) o tombamento patrimonial dos arquivos.
 - (E) o princípio da cumulatividade.
-
25. Em artigo publicado em 2006 sobre "A teoria dos arquivos e a gestão de documentos", Ana Márcia Lutterbach Rodrigues afirma que *o próprio resultado da missão [da instituição] muitas vezes torna-se documento do arquivo quando lhe é dado, pelo produtor, o caráter de amostra ou modelo para futuras ações. Como exemplo, pode-se citar os livros de uma editora ou os produtos de uma indústria de bens de consumo não perecíveis. A literatura arquivística não discute esses documentos, mas os arquivistas, de maneira geral, entendem que, a partir do momento em que o produtor do arquivo atribui valor de referência a itens que se originaram na realização da sua missão, esses itens tornam-se documentos do seu arquivo. A autora refere-se a*
- (A) objetos originalmente desprovidos de estatuto documental.
 - (B) documentos tridimensionais.
 - (C) peças bibliográficas e museológicas.
 - (D) gêneros não textuais.
 - (E) artefatos dotados de virtualidade documental congênita.



26. Os objetos digitais, segundo Kenneth *Thibodeau*, assumem três características simultâneas: correspondem a algo que tem significado para o ser humano, independentemente dos padrões de *bits* utilizados; a um conjunto de informações organizadas em estruturas de dados, reconhecida e processada por meio de *softwares*; e à inscrição de sinais sobre um determinado suporte. O autor refere-se, respectivamente, a
- (A) objeto conceitual, objeto lógico e objeto físico.
 - (B) objeto lógico, objeto conceitual e objeto físico.
 - (C) objeto físico, objeto conceitual e objeto lógico.
 - (D) objeto conceitual, objeto físico e objeto lógico.
 - (E) objeto físico, objeto lógico e objeto conceitual.
-
27. Ao contrário do que ocorre com os documentos de museus e bibliotecas, os de arquivo
- (A) mantêm autonomia uns em relação aos outros.
 - (B) são dotados de unicidade.
 - (C) ingressam nas instituições de custódia por compra, doação ou permuta.
 - (D) têm caráter contingente.
 - (E) devem ser abordados a partir de seu conteúdo.
-
28. De acordo com as *Diretrizes do preservador*, elaboradas para atender às organizações no processo de preservação de documentos arquivísticos digitais, os padrões
- (A) *de facto* são aqueles acordados de maneira formal entre os órgãos produtores.
 - (B) amplamente disponíveis aumentam a probabilidade de suporte mais estável e duradouro.
 - (C) *de jure* caracterizam-se por adoção em larga escala pela indústria.
 - (D) obsoletos podem ser aplicados prospectivamente, desde que cancelados pelo Arquivo Nacional.
 - (E) nacionais têm prevalência sobre os padrões criados por outros países.
-
29. O Sistema Eletrônico de Informações – SEI, desenvolvido por determinado Tribunal Regional Federal e escolhido para uso da Administração pública federal no contexto do Processo Eletrônico Nacional – PEN do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tem sido adotado por instituições dos três poderes nas diferentes esferas do Estado. A respeito do SEI, objeto de discussão entre os profissionais da área arquivística brasileira, é correto afirmar que
- (A) corresponde ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil).
 - (B) sua adoção é obrigatória para a Administração pública federal.
 - (C) é um *software* livre e público.
 - (D) funciona de modo compartilhado e colaborativo.
 - (E) não permite controle estatístico para a gestão de prazos e produtividade.
-
30. A chamada Lei de Arquivos, Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, continua em vigor, mas foi parcialmente modificada pela Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dela SUPRIMIU, entre outros, o seguinte dispositivo:
- (A) Para o pleno exercício de suas funções, o Arquivo Nacional poderá criar unidades regionais.
 - (B) A administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais.
 - (C) Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.
 - (D) Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis.
 - (E) É assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos.



31. Qualquer que seja a plataforma tecnológica em que for desenvolvido ou implantado, um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD deve, obrigatoriamente,
- (A) impedir o armazenamento de documentos sigilosos em meios físicos ou lógicos distintos.
 - (B) facultar aos administradores do sistema a criação, alteração, remoção ou revogação de credenciais de segurança dos usuários.
 - (C) garantir que documentos sem atribuição de grau de sigilo, importados a partir de fontes externas ao SIGAD, estejam sujeitos às políticas de controle de acesso.
 - (D) permitir modificações nas trilhas de auditoria, a critério do administrador.
 - (E) rejeitar toda e qualquer criptografia no armazenamento e na transmissão de documentos digitais, no âmbito das políticas de sigilo.
-
32. Os índices podem ter "personalidade" própria como instrumentos de pesquisa. Isso ocorre quando remetem diretamente
- (A) às unidades de arquivamento.
 - (B) aos verbetes do inventário.
 - (C) aos verbetes do catálogo.
 - (D) aos descritores.
 - (E) às palavras-chave.
-
33. De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Arquivos de 4 de setembro de 2015, a propósito da implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais a entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos, a definição dos metadados deve observar
- (A) a NOBRADE, para documentos audiovisuais.
 - (B) a ISDIAH, para documentos da fase intermediária e permanente.
 - (C) o e-ARQ Brasil, para documentos da fase corrente.
 - (D) a ISDF, para documentos iconográficos.
 - (E) a AACR2, para documentos impressos.
-
34. Não se pode afirmar com segurança quando surgiu a noção de arquivo histórico, isto é, de um conjunto de documentos cuja vigência administrativa deixou de existir, mas que foi preservado da destruição sumária a fim de servir de referência para a pesquisa retrospectiva. Muitos autores mencionam a Revolução Francesa como marco dessa inovação. O fato é que há exemplos de iniciativas similares em outras épocas e locais, sendo todas elas, igualmente, fruto
- (A) da ideia de cidadania.
 - (B) de ampla consciência política.
 - (C) do desenvolvimento científico alcançado.
 - (D) do abandono de dogmas religiosos.
 - (E) de processos de ruptura institucional.
-
35. Marc Bloch dizia que o ano de 1681 assinala um marco na história do espírito humano, pois nessa data a crítica dos documentos foi definitivamente fundada. Referia-se à publicação de
- (A) *De re diplomatica*, de Jean Mabillon.
 - (B) *Lineamenti di storia della scrittura latina*, de Giorgio Cencetti.
 - (C) *Archivistica*, de Eugenio Casanova.
 - (D) *Archivkunde*, de Adolf Brennecke.
 - (E) *Manual of archive administration*, de Hilary Jenkinson.
-
36. Sobre documentos de arquivo em ambiente digital, é correto afirmar que
- (A) todo documento digital é um documento digitalizado, mas nem todo documento digitalizado é um documento digital.
 - (B) o Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED contempla todo o ciclo vital dos arquivos.
 - (C) um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística – SIGAD não é capaz de manter a relação orgânica entre os documentos.
 - (D) todas as cópias dos documentos eliminados, incluindo cópias de segurança e cópias de preservação, independentemente de suporte, deverão ser destruídas.
 - (E) a finalidade principal da digitalização é a eliminação de documentos, reduzindo custos de armazenamento.

Atenção: Para responder às questões de números 37 a 40, considere as informações a seguir.

O plano de classificação e a tabela de temporalidade de documentos constituem importantes instrumentos de gestão de arquivos. À guisa de exemplo, reproduz-se parte do plano adotado por determinada Assembleia Legislativa, atualizado em março de 2017:

FUNÇÃO – 01. PARLAMENTAR
SUBFUNÇÃO – 01.02. PROCESSO LEGISLATIVO
ATIVIDADE – 01.02.02. REGISTRO DE SESSÕES E REUNIÕES

DOCUMENTOS PRODUZIDOS/RECEBIDOS/ ACUMULADOS	PRAZO DE ARQUIVAMENTO		DESTINAÇÃO FINAL		
	FASE CORRENTE	FASE INTERMEDIÁRIA	ELIMINAÇÃO	GUARDA PERMANENTE	
				AMOSTRAGEM	TOTAL
01.02.02.01 ATA DE REUNIÃO DE COMISSÃO	UMA LEGISLATURA	20 ANOS			X
01.02.02.02 REQUERIMENTO DE DESIGNAÇÃO DE SUBSTITUTO EVENTUAL DE COMISSÃO	UMA LEGISLATURA	20 ANOS			X
01.02.02.03 ATA DEFINITIVA DE SESSÃO	UMA LEGISLATURA	20 ANOS			X
01.02.02.04 ÍNTEGRA DAS SESSÕES	ATÉ A PUBLICAÇÃO NO D.O.E.	20 ANOS			X
01.02.02.05 ANAIS DA ASSEMBLEIA					X
01.02.02.06 GRAVAÇÃO DE SESSÕES E REUNIÕES – PLENÁRIO/COMISSÕES	DUAS LEGISLATURAS				X
01.02.02.07 CÓPIA DE CERTIDÃO DE ATA DE SESSÃO	5 ANOS				X
01.02.02.08 ATA PROVISÓRIA DAS SESSÕES	2 ANOS		X		
01.02.02.09 ÍNTEGRA DAS SESSÕES (EM WORD)	5 ANOS		X		
01.02.02.10 EMENTÁRIO DAS SESSÕES PLENÁRIAS (EM WORD)	5 ANOS		X		
01.02.02.11 PRONUNCIAMENTO POR DEPUTADO	DUAS LEGISLATURAS		X		
01.02.02.12 NOTA TAQUIGRÁFICA	5 ANOS		X		

37. O enunciado dos documentos incorpora, de modo inusitado, elementos relacionados com a forma, como ocorre em
- (A) 01.02.02.01.
 - (B) 01.02.02.12.
 - (C) 01.02.02.07.
 - (D) 01.02.02.02.
 - (E) 01.02.02.11.
-
38. A técnica de registro não deve tomar o lugar da espécie documental, como se vê em
- (A) 01.02.02.06.
 - (B) 01.02.02.02.
 - (C) 01.02.02.04.
 - (D) 01.02.02.07.
 - (E) 01.02.02.08.
-
39. A contiguidade entre a atividade e os documentos deve ser evitada. Como todos os documentos são, a rigor, modalidades de registro, o enunciado da atividade deveria ser
- (A) PRONUNCIAMENTOS DE DEPUTADOS.
 - (B) AÇÃO LEGISLATIVA.
 - (C) AÇÃO PARLAMENTAR.
 - (D) PLENÁRIO.
 - (E) SESSÕES E REUNIÕES.



40. Dentre os documentos destinados a eliminação, dois deles sugerem formas de organização das informações que, a rigor, podem ser recuperadas no arquivo permanente por meio da indexação de outros documentos. São eles:
- (A) 01.02.02.08 e 01.02.02.09.
 (B) 01.02.02.10 e 01.02.02.11.
 (C) 01.02.02.08 e 01.02.02.12.
 (D) 01.02.02.09 e 01.02.02.12.
 (E) 01.02.02.09 e 01.02.02.10.
-
41. No âmbito do Departamento de Administração da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, as atividades de receber, conferir, numerar, classificar, registrar, distribuir e expedir a documentação oficial de caráter administrativo e legislativo produzida ou recebida pelo órgão compete
- (A) ao Serviço de Almoxarifado.
 (B) ao Serviço de Arquivo.
 (C) à Coordenadoria de Movimentação e Registro.
 (D) ao Serviço de Patrimônio.
 (E) ao Serviço de Protocolo.

Atenção: Para responder às questões de números 42 a 45, considere o ato normativo abaixo reproduzido, cujas partes são identificadas por algarismos romanos, para fins de análise.

Decreto Legislativo nº 6/2004

I	Dispõe sobre a gratificação de serviços legislativos.
II	Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe aprovou e a Mesa promulgou o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:
III	Art. 1º. O valor da gratificação de que trata o art. 20 da Lei nº 2.693, de 7 de dezembro de 1988, alterada pelos artigos 13 do Decreto Legislativo nº 6 de 3 de julho de 1990, art. 4º do Decreto Legislativo nº 6 de 1 de outubro de 1991 e art. 1º do Decreto Legislativo nº 3 de 15 de setembro de 1998, respectivamente, passa a ser o correspondente a até 100% (cem por cento) do valor do cargo em comissão CCL-04, do Quadro de Cargos do Poder Legislativo. Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo correrão à Conta das Dotações próprias consignadas no Orçamento do Estado para o Poder Legislativo.
IV	Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua promulgação, produzindo seus efeitos a partir de 1 de janeiro de 2005. Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
V	Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, em Aracaju, em 19 de agosto de 2004. Deputado ANTÔNIO PASSOS Presidente Deputado MARCOS FRANCO 1º Secretário Deputada SUSANA AZEVEDO 2ª Secretária

42. O texto de número I corresponde
- (A) ao preâmbulo.
 (B) ao protocolo inicial.
 (C) à exposição.
 (D) à ementa.
 (E) à notificação.
-
43. As partes II e III correspondem, respectivamente,
- (A) ao protocolo inicial e ao dispositivo.
 (B) ao preâmbulo e à sanção.
 (C) à exposição e ao protocolo inicial.
 (D) ao dispositivo e à titulação.
 (E) à sanção e à exposição.



44. As partes **IV** e **V** correspondem, respectivamente,
- (A) à precaução e à sanção.
 - (B) ao dispositivo e à subscrição.
 - (C) à corroboração e ao protocolo final.
 - (D) à direção e ao dispositivo.
 - (E) à titulação e à corroboração.
-
45. A espécie documental mencionada no *caput* é ato normativo
- (A) de competência privativa do poder executivo, destinado a prover situações gerais ou individuais previstas em lei.
 - (B) que regula matérias de competência exclusiva do poder legislativo.
 - (C) com força de lei, expedido em situações especiais pelo chefe de Estado, quando autorizado pelo Congresso ou quando suspenso o funcionamento do poder legislativo.
 - (D) que garante direito ameaçado por ato ilegal praticado por autoridade.
 - (E) expedido por órgão administrativo com o objetivo de interpretar determinada lei vigente.
-
46. AtoM, acrônimo de Access to Memory, é um *software* livre desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos, em colaboração com parceiros e patrocinadores, que vem sendo utilizado, em suas três versões, para cumprir funções arquivísticas básicas: descrição, difusão e preservação de documentos. Adotado por inúmeras instituições, apresenta, entre outras características, a de
- (A) ter sido concebida para ambiente analógico.
 - (B) ser monolíngue, utilizando o inglês como idioma universal.
 - (C) não contemplar estratégias de manutenção da cadeia de custódia dos documentos.
 - (D) manter interfaces com repositórios digitais.
 - (E) não apoiar outras normas, como Dublin Core, EAD e EAC.
-
47. Ao afirmar que a classificação *não pode responder mais sozinha pela importante e atualizada tarefa de busca à informação contida nos documentos de arquivo*, Renato Tarciso Barbosa de Sousa (no artigo "Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo", publicado em 2014 pelo *Brazilian Journal of Information Science*, de Marília) aponta, entre as possíveis causas desse fenômeno,
- (A) as alterações ocorridas nas formas de acessar a informação, proporcionadas pelos novos motores de busca.
 - (B) a diminuição do volume dos arquivos, que cada vez mais dispensam o suporte-papel.
 - (C) a dissociação entre o chamado "vínculo arquivístico" e o processo de classificação de documentos.
 - (D) a intensificação dos processos de digitalização integral de documentos, tornando supérfluo qualquer tipo de classificação para acessá-los.
 - (E) o fato de não se dispor de regras para realizar uma adequada classificação contextual dos documentos.
-
48. Há uma série de normas internacionais dedicadas ao processo de descrição de documentos de arquivo. Além da norma geral, a ISAD(G), há outras que a complementam: a que dá diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística, isto é, de pessoas físicas e jurídicas (públicas e privadas) que produzem e custodiam arquivos; a que apresenta regras gerais para a caracterização das instituições detentoras de acervo arquivístico, e a que trata das funções das entidades coletivas responsáveis pela produção e manutenção de arquivos. Tais normas complementares são, respectivamente,
- (A) ISDF, ISAAR (CPF) e ISDIAH.
 - (B) ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH.
 - (C) ISDF, ISDIAH e ISAAR (CPF).
 - (D) ISDIAH, ISAAR (CPF) e ISDF.
 - (E) ISAAR (CPF), ISDIAH e ISDF.
-
49. A ordem alfabética, utilizada em listas, índices, catálogos, bibliografias e trabalhos similares, foi consolidada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. De acordo com a norma,
- (A) os prefixos e abreviaturas com omissão de letras são ordenados como se estivessem desdobrados.
 - (B) as letras modificadas por acentos e sinais são alfabetadas em seguida àquelas que não apresentam tais modificações.
 - (C) a ordenação deve ser feita palavra por palavra e, dentro desta, letra por letra.
 - (D) os números expressos em algarismos romanos ou arábicos (ordinais e cardinais) são como se estivessem convertidos em palavras.
 - (E) as letras abolidas do alfabeto (k, w e y) pelo acordo ortográfico de 1945 vêm depois do z.



50. As diferentes abordagens do processo de avaliação em arquivos, conhecidas pelos nomes de estratégia documentária, macroavaliação, microavaliação, avaliação integrada e plano documental, têm sua matriz teórica, respectivamente, nos seguintes autores:
- (A) Helen Samuels, Terry Cook, Terry Eastwood, Carol Couture e Hans Booms.
 - (B) T.R Schellenberg, Luciana Duranti, José Ramón Cruz Mundet, Richard J. Cox e Antonia Heredia Herrera.
 - (C) Vicenta Cortés Alonso, Manuel Vázquez, Bruno Delmas, Angelika Menne-Haritz e Eugenio Casanova.
 - (D) Geoffrey Yeo, Adolpho Brennecke, Hilary Jenkinson, Barbara Craig e Heather McNeil.
 - (E) Eric Ketelaar, Michel Duchein, Tom Nesmith, Margaret Cross Norton e Elio Lodolini.
-
51. *Os historiadores reescrevem a história produzida pelos seus contemporâneos e, ocasionalmente, ainda revisam suas próprias conclusões. De modo similar, os arquivistas deveriam estar sempre vendo sua política de avaliação à luz das exigências cambiantes e expansivas da pesquisa. A opinião de Meyer H. Fishbein, partilhada por outros autores, tem como desdobramentos:*
- I. a presença de historiadores nas comissões de avaliação.
 - II. a possibilidade de reavaliar periodicamente os critérios utilizados no processo de avaliação.
 - III. políticas cautelosas de eliminação de documentos, garantindo a preservação de material cujo uso futuro é insuspeitado.
- Do ponto de vista lógico, há coerência entre o postulado do autor e o que está enunciado em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, apenas.
-
52. Ao processo de identificação de fundos, o arquivista australiano Peter Scott acrescentou uma característica que não havia sido elencada anteriormente por Michel Duchein. Segundo Scott, o órgão produtor deve ter
- (A) autonomia quanto ao sistema de arquivamento de seus documentos.
 - (B) denominação legal e existência jurídica, promulgada por ato oficial.
 - (C) mandato oficial claramente definido, estável e consistente.
 - (D) posição hierárquica definida em seu ato de criação.
 - (E) organização interna definida e registrada em organograma.
-
53. Sobre o processo de microfilmagem de documentos oficiais, no Brasil, é correto afirmar que
- (A) podem ser usados filmes atualizáveis, para efeitos de extração de cópias.
 - (B) deve ser feita em filme original com o mínimo de 180 linhas por milímetro de definição.
 - (C) as certidões e cópias em papel de documentos microfilmados dispensam autenticação para surtir efeitos legais.
 - (D) documentos de guarda permanente, uma vez microfilmados, só podem ser eliminados com autorização do Arquivo Nacional.
 - (E) só se deve usar filme de 35 mm de largura, para garantir a legibilidade dos documentos microfilmados.
-
54. Dentre as recomendações do Conselho Nacional de Arquivos para a digitalização de documentos de valor permanente, destaca-se a que focaliza manuscritos sem a presença de cor. Para tais documentos, nos quesitos tipo de reprodução, formato de arquivo digital e resolução mínima, recomendam-se, respectivamente,
- (A) preto e branco, PNG e 1.200 dpi.
 - (B) bitonal, TIFF e 600 dpi.
 - (C) tons de cinza, TIFF sem compressão e 300 dpi.
 - (D) RGB, PNG e 300 dpi.
 - (E) RGB, TIFF sem compressão e 600 dpi.
-
55. A fim de apoiar as demandas internas da instituição em que trabalha e auxiliar o pesquisador que a ela recorre em busca de subsídios, o arquivista deve conhecer profundamente o potencial informativo da documentação sob seus cuidados. Para tanto, precisa realizar pesquisas na área de
- (A) perícia forense.
 - (B) gestão do conhecimento.
 - (C) comunicação.
 - (D) psicologia social.
 - (E) história administrativa.



56. Originalmente relacionada à herança material de famílias, a palavra *patrimônio* há muito designa também o conjunto de bens culturais herdados pelas sociedades. Ampliada da esfera do direito privado para o público, no século XVIII, *patrimônio* passaria a expressar o conjunto de bens materiais – edifícios, logradouros, obras de arte e coleções documentais – cujo valor foi reconhecido pelo poder público, tornando-se, por isso, objeto de proteção jurídica advinda do tombamento. A afirmação é da historiadora Marly Rodrigues, em artigo publicado em 1999. Poder-se-ia estender o conceito aos arquivos, não fossem as particularidades que impedem lhes seja aplicado o instituto do tombamento. A expressão *patrimônio arquivístico*, no âmbito dos arquivos públicos, corresponde aos documentos
- (A) constitutivos.
 - (B) que servem como fonte para a pesquisa histórica.
 - (C) selecionados pelo Programa Memória do Mundo, da Unesco.
 - (D) de valor permanente.
 - (E) produzidos por atividades-fim.

Atenção: Para responder às questões de números 57 a 59, considere os elementos internos, intermediários e externos que, segundo a renomada arquivista Heloísa Liberalli Bellotto, permitem à Diplomática averiguar a autenticidade dos documentos. Tais elementos vêm enumerados abaixo, em ordem alfabética:

1. categoria jurídico-administrativa
2. conteúdo substantivo
3. data cronológica
4. data tópica
5. dimensões/espço
6. espécie
7. forma/estágio de preparação
8. formato
9. funções/atividades
10. gênero
11. proveniência
12. quantidade
13. suporte
14. tipo
15. trâmite
16. volume

57. Os elementos externos ou extrínsecos, relacionados com o modo de apresentação do documento, são os de números
- (A) 1, 2, 3, 6, 14, 15 e 16.
 - (B) 3, 4, 5, 8, 9, 11 e 13.
 - (C) 5, 7, 8, 10, 12, 13 e 16.
 - (D) 2, 7, 9, 10, 14 e 15.
 - (E) 4, 5, 6, 10, 13 e 15.

58. Os elementos internos ou intrínsecos, relacionados com o teor e a natureza do documento, são os de números
- (A) 1, 2, 6, 7, 14 e 15.
 - (B) 2, 3, 4, 9, 11 e 15.
 - (C) 3, 5, 8, 12, 13 e 14.
 - (D) 2, 4, 5, 8, 12 e 13.
 - (E) 1, 5, 6, 8, 10 e 11.

59. Os elementos considerados intermediários (nem externos, nem internos) são os de números
- (A) 10, 12 e 16.
 - (B) 1, 6 e 14.
 - (C) 1, 4 e 13.
 - (D) 3, 10 e 14.
 - (E) 5, 12 e 15.

60. A certificação digital pode ser definida como o
- (A) conjunto de informações registradas que permite o rastreamento de intervenções ou tentativas de intervenções feitas no documento digital ou no sistema computacional.
 - (B) conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes.
 - (C) procedimento que formaliza a captura do documento de arquivo no sistema de gestão arquivística por meio da atribuição de um identificador único e de outros metadados.
 - (D) estabelecimento de uma relação única, exclusiva e intransferível entre uma chave de criptografia e determinada pessoa física, pessoa jurídica, máquina ou aplicação.
 - (E) processo de conversão de um documento para o formato digital, por meio de dispositivo apropriado.



DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo IX: 3. A Prova Discursiva-Estudo de Caso destinar-se-á a avaliar o domínio técnico do conteúdo dos temas abordados, a coesão, a coerência e a argumentação, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo/área/especialidade. 4. A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de uma questão prática para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, a solução, e versará sobre conteúdos pertinentes aos Conhecimentos Específicos do cargo para o qual o candidato se inscreveu, constante do Anexo II, e adequados às atribuições do cargo/área/especialidade especificadas no Anexo I. 6. A prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos. 7. Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva a que se refere este Capítulo, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 7.1 A avaliação de expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido. 8. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 8.1. apresentar abordagem incorreta do conteúdo solicitado. 8.2. apresentar textos na forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; 8.3. for assinada fora do local apropriado; 8.4. apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 8.5. estiver em branco; 8.6. apresentar ilegível e/ou incompreensível; 10. Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites de número de linha estabelecidos, sob pena de perda dos pontos a serem atribuídos à Prova.

QUESTÃO 1

Para propiciar aos arquivos condições plenas de funcionamento, os profissionais da área costumam recomendar determinadas práticas cujos efeitos têm sido bastante positivos.

Estabeleça um plano de ação a ser implementado com essa finalidade na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, considerando, no mínimo, duas das seguintes propostas:

- a. Complementar e ampliar o acervo documental.
- b. Facilitar o atendimento ao público interno.
- c. Cumprir programas de ação educativa.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	



21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO